

## TRADUÇÃO

### **RIVALIDADE E UNIFICAÇÃO: MOBILIZANDO OS TRABALHADORES RURAIS EM SÃO PAULO NA VÉSPERA DO GOLPE DE 1964**

Cliff Welch\*

*Tradução: Melissa Santos Fortes\*\**

Analistas e acadêmicos costumam concordar que a militância rural ao longo do Brasil estimulou a classe dominante agrária a apoiar a conspiração para destituir o presidente João “Jango” Goulart do poder, em março de 1964. Em um estudo sobre a questão rural, a historiadora brasileira Aspásia Camargo apontou para o papel “decisivo” da mobilização de trabalhadores rurais como elemento da participação de fazendeiros, usineiros e latifundiários no complô para derrubar o presidente. Em uma apreciação do golpe, Gregório Bezerra, o falecido militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), chegou a quantificar o impacto do movimento nos conspiradores. “Eu não tenho dúvidas”, disse ele ao jornalista Dênis de Moraes, “que 50% do golpe foi causado pela pressão da burguesia rural sobre o movimento camponês em expansão”. Em uma avaliação mais geral do golpe, o brasiliense Thomas Skidmore afirmou que os conspiradores percebiam a mobilização dos trabalhadores rurais como uma das várias ameaças ao país que “deveriam ser neutralizadas ou eliminadas através de ações efetivas”.<sup>1</sup>

Apesar do reconhecimento da importância da mobilização dos trabalhadores rurais, a literatura apresenta desequilíbrio regional. A maior parte dos estudos focaliza os acontecimentos nos estados nordestinos, especialmente em Pernambuco, enfatizando o papel de Francisco Julião e das Ligas Camponesas que ele ajudou a criar.<sup>2</sup> Na região Centro-Sul, contudo, poucos estudos se dedicaram a este assunto.<sup>3</sup> Pode-se especular que essa negligência seja devida à força da sociedade urbana industrial na região, uma vez que vários estudos sobre o trabalho industrial e os movimentos sociais urbanos foram realizados nos

últimos anos. A região, contudo, tem uma rica história social rural e este artigo explora parte dela ao analisar os acontecimentos na região da Alta Mogiana, Noroeste de São Paulo, nos anos que precederam imediatamente o golpe.

Embora as raízes dos movimentos rurais modernos sejam bem anteriores, os anos mais estudados são aqueles que vão da Revolução Cubana de 1959 à queda de Goulart, em 1964. Estes anos trouxeram uma intensificação e expansão do movimento sem precedentes: foram afetados por uma maior militância dos trabalhadores rurais mais lugares do que nunca. A região da Alta Mogiana, com seu centro comercial no município de Ribeirão Preto, merece atenção porque representou uma das grandes mudanças na história agrária brasileira recente: de um setor primário liderado pelo café para outro, no qual a produção de cana-de-açúcar foi predominante. Uma abordagem regional e popular também permite um olhar mais próximo à dinâmica interna do movimento rural. Comunistas, católicos, trabalhadores nas áreas de café e açúcar, donos de fazendas e políticos populistas exerceram papéis na formação do movimento na Alta Mogiana e vê-los atuando revela o quão duvidosas são as crenças comuns sobre a mobilização dos trabalhadores rurais no Brasil.

É surpreendente como os analistas da militância rural de esquerda e de direita compartilham visões semelhantes sobre o fenômeno. No anos 50, avaliações iniciais sobre o movimento foram feitas por grupos conservadores de donos de terras e de empregadores de mão-de-obra rural, tais como a Sociedade Rural Brasileira (SRB), de São Paulo, uma poderosa associação de plantadores de café e de produtores de carne ligados à economia de exportação. Embora expressassem aceitação acerca da necessidade de organização rural, eles viam o movimento rural existente como ilegítimo, por acreditarem que agitadores externos ao movimento simplesmente o usavam para criar conflitos entre os trabalhadores. Justificavam sua oposição ao presidente Goulart com o argumento de que o governo tolerava e, algumas vezes, apoiava o trabalho desses “subversivos” nos seus domínios. Para os conservadores, portanto, o movimento rural não deu certo em função de sua natureza inorgânica.<sup>4</sup>

Curiosamente, mesmo os analistas favoráveis à agitação dos trabalhadores rurais igualmente questionam a legitimidade dos movimentos formados então. Tivessem eles sido formados de, pelo e para seus membros e teriam resistido ao golpe. Eles “não podem ser entendidos muito bem se considerados como manifestações da luta de uma classe autônoma”, escreveu um analista contemporâneo, argumentando que nem os trabalhadores rurais nem os camponeses eram, então, conscientes de si mesmos como uma classe. Outro analista, o antropólogo Shepard Forman, enfatizou de modo semelhante o papel de líderes externos na crítica à desunião dos movimentos políticos camponeses no Brasil. Em um estudo de caso sobre a militância rural no Rio de Janeiro, o antropólogo Mário Grynszpan

apresentou argumento muito semelhante, em um artigo recente. Essencialmente, muitos concordam que o fracasso desses movimentos foi determinado em parte por líderes que foram ineficientes porque eram “ilegítimos”.<sup>5</sup>

Na Alta Mogiana, dois indivíduos, um comunista e um padre católico, dominaram o movimento rural. Nenhum deles se considerava um trabalhador rural, mas, mesmo assim, inspiraram muitos trabalhadores rurais a liderar segmentos do movimento. Em todo o país, trabalhadores rurais legítimos atuavam como líderes locais, usufruindo de considerável autonomia e de apoio dos outros membros, enquanto militantes indiscutivelmente “ilegítimos” trabalhavam nos níveis locais, estaduais e nacional para expandir o projeto. De acordo com um estudo sobre delegações que participaram do Primeiro Congresso Nacional de Camponeses e Trabalhadores Rurais, em Belo Horizonte, em 1961, somente 14 dos 90 participantes entrevistados *não* trabalhavam no campo. Além deles, inúmeros burocratas, padres, pastores, ministros e o próprio presidente Goulart estiveram no Congresso.<sup>6</sup>

Conclusões baseadas no caso da Alta Mogiana desafiam o mito, criado pelos donos de terras, da liderança ilegítima e ineficiente e fornecem evidência contrastante que sugere que foi a disseminação de um movimento cada vez mais unido e eficiente que provocou neles a ira. O governo federal foi o seu alvo porque havia ajudado a unificar as facções do movimento através da Superintendência de Reforma Agrária (Supra), um órgão do Poder Executivo estabelecido em 1962 para coordenar as políticas sociais rurais, tais como a distribuição de terras para os camponeses e a formação de sindicatos de trabalhadores rurais.<sup>7</sup> Embora muitos desenvolvimentos inspirassem os donos de terras a se oporem ao regime de Goulart, o potencial da Supra de unificação dos movimentos de protesto dos trabalhadores verdadeiramente amedrontou a classe agrária dominante.

A Supra e seu apoio público à sindicalização rural foram a culminância de décadas de debate e partidas falsas, iniciadas após a revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas. Na Presidência, Vargas lutou desde o início para encontrar um modo de incorporar os trabalhadores rurais aos processos políticos e econômicos. Um número variado de obstáculos se colocou no caminho dos reformistas, entre eles a própria incerteza destes com relação aos benefícios da campanha. Apesar disso, a idéia de encorajar a formação de sindicatos rurais teve apoio da geração revolucionária de 1930; integrantes do Estado Novo insistentemente introduziram medidas para transformar as relações sociais rurais de modelos paternalistas tradicionais em outros, mais centrados num mercado dirigido pelo Estado.<sup>8</sup>

Enquanto vistas como catalisadoras de mudança, essas reformas geralmente respondiam às necessidades geradas pelas transformações em andamento na economia agrícola. A instabilidade dos preços dos produtos e a depressão de 1930 fizeram com que muitos donos de terra baixassem seus custos através do não cumprimento das obrigações para

com seus trabalhadores. As reduções na oferta de trabalho, que se seguiram, forçaram outras reformas. Tais tendências estabeleceram relações patrão-trabalhador e empurraram alguns trabalhadores rurais para um mercado de trabalho caótico e mal-formado. O Estado tentou instituir uma medida de estabilidade por meio de salários mínimos e de pagamentos de indenização para demissões sem justa causa, com o objetivo de mantê-los na terra e fora das cidades lotadas e sem trabalho adequado. Contudo, poucas dessas medidas se mostraram efetivas até a fundação da Supra. Esta constituiu um passo corajoso no processo de estimular os trabalhadores rurais a definirem, defenderem e avançarem em seus próprios direitos. A atitude dos fazendeiros – de considerar esse órgão uma ameaça aos seus interesses – foi, portanto, razoável.

No contexto da época, teria sido difícil criar uma estrutura diversa para a organização do trabalho rural, pois era um movimento que procurava autoconscientemente integrar os trabalhadores rurais ao cenário da vida política e econômica a partir da mudança radical das relações sociais rurais. Buscava resolver os problemas socioeconômicos que assolavam o interior do Brasil, levando os trabalhadores e os patrões a adotarem medidas de curto prazo, através de processos na Justiça, usura, fuga, conflito e expulsão. Embora a Supra não fosse um projeto dos trabalhadores, era um meio contemporâneo típico de trazer à tona a mudança social, não diferente dos esforços de regularizar a luta pela igualdade de raças nos EUA, no mesmo período. Assim como nas relações de líderes-seguidores em qualquer lugar do mundo, abusos ocorreram. Mas essa experiência corajosa de conduzir a mudança social de forma pacífica teve vida curta: poucos meses depois que a Supra começou a operar no país, um golpe militar a suprimiu e fechou.

Antes da chegada da Supra a Ribeirão Preto, os líderes de trabalhadores rurais mais influentes na região eram o comunista Irineu Luís de Moraes e Celso Ibson de Syllos, um padre católico. Em 1960, Moraes tinha 47 anos e estava confiante. Retornando a Ribeirão Preto depois de dez anos de ausência, Moraes conhecia bem a cidade. Os moradores ainda se lembravam de um longo apagão que Moraes havia provocado, em 1945, para protestar contra os baixos salários e as condições de trabalho nas usinas da empresa estrangeira Light and Power Company (Companhia de Força e Luz). Outros o conheciam melhor pelos seus esforços, em 1946, para organizar e liderar uma Liga Camponesa na vizinha comunidade rural de Dumont. Dada a sua fama no município, então, ele teve facilidade em encontrar alguns companheiros antigos para ajudá-lo a organizar um churrasco para reunir apoiadores da renovação do PCB na Alta Mogiana. Durante o piquenique, nomearam uma diretoria provisória e formaram um novo comitê de organização regional. Moraes, cujo pai havia sido trabalhador na construção de trilhos e que tinha sido operário em várias outras indústrias, era o único membro com origem na classe trabalhadora. “De trabalhador só

tinha eu”, disse Moraes. “O resto eram pequeno-burgueses: tinha médicos aqui, professores lá. Mas eles eram um grupo entusiasmado e jovem.” Moraes não se sentia completamente em casa com eles e, depois de algumas semanas, pediu o seu apoio para aquilo em que se sentia melhor: organizar trabalhadores rurais. A seguir, concentrou sua energia em reunir os trabalhadores das áreas de plantação de açúcar em desenvolvimento, tais como aquelas ao redor de Sertãozinho, Pontal e Barrinha, cidades a Oeste de Ribeirão Preto.<sup>9</sup>

Moraes enfrentou pela primeira vez um adversário à altura nessa linha de trabalho quando Syllós reapareceu em Ribeirão Preto, no início de 1962. Padre Celso, como ele era chamado, havia acabado de retornar, após dois anos de estudos na Europa. Em centros de treinamento jesuítas em Roma e em escolas na Alemanha, padre Celso aprendeu sobre a organização sindical e técnicas de propaganda, bem como sobre os ideais centrais do marxismo.

Tal qual Moraes, padre Celso vinha do interior paulista. Nascido na véspera da grande depressão de 1929, era um dos nove filhos vivos de um casal de professores de escola primária de São José do Rio Pardo. Influenciado por um irmão mais velho, entrou no seminário de Campinas, em São Paulo, quando tinha 14 anos. Aos 25, tornou-se padre de uma paróquia em Ribeirão Preto, mas o arcebispo da província, Dom Luís de Amaral Mousinho, tinha planos maiores para ele: em agosto de 1956, nomeou padre Celso editor do *Diário de Notícias*, o jornal diário da Arquidiocese. Antes de viajar para a Europa, padre Celso aumentou a cobertura do jornal, para incluir notícias internacionais e da política local. Nas colunas do periódico, defendeu a idéia de uma maior consciência pública e de responsabilidade pelos assuntos do dia.<sup>10</sup>

O reaparecimento de padre Celso fez com que a diocese fosse do jornalismo de defesa de idéias à agitação política. “Lutaremos com todas as nossas forças pela justiça social”, escreveu padre Celso, ao retomar seu cargo no *Diário de Notícias*, em fevereiro de 1962. “Faremos tudo”, continuou ele, “para estar na linha de frente, comandando campanhas, colaborando efetivamente para a solidificação das causas cristãs e populistas”. Seu estudo na Europa havia enfatizado as implicações sociais da Igreja na última encíclica, *Mater et Magistra*, a qual, entre outras coisas, clamava pelo progresso socioeconômico e pelo enriquecimento cultural dos trabalhadores rurais. Central nessas doutrinas era a formação de “líderes naturais” entre os trabalhadores rurais, a partir de educação política e de programas de sindicalização. De acordo com padre Celso, um líder natural era “a pessoa que, de repente, manifesta-se, faz perguntas, discute com você e tenta explicar coisas para os outros. É aquele que volta para sua segunda, terceira reunião. Os outros deixam de vir, mas ele sempre vem”. Além disso, as pessoas que ele decidiu promover eram frequentadores assíduos da Igreja, geralmente catequistas, e esse critério de seleção teve um significado de peso.<sup>11</sup>

A abordagem de Moraes para a formação de líderes de trabalhadores rurais carecia da orientação institucional que padre Celso trouxe ao projeto. Embora material marxista-leninista, adquirido em grupos de estudo secretos do PCB, orientasse o seu trabalho de organizador, o maior professor de Moraes foi a experiência. Ele procurava cortadores de cana descontentes em bares do interior e insistia para que falassem com seus amigos sobre a união como forma de mudar sua situação. Eles formavam seu grupo de vanguarda. Para dar confiança aos outros, traziam anúncios de jornal informando sobre a formação dessa ou daquela associação de trabalhadores rurais. “Elas não tinham valor legal nenhum”, disse Moraes sobre as associações, “mas achávamos que iriam ajudar.” Como o número de seguidores aumentou, ele os dividiu em subgrupos, de acordo com sua posição no modo de produção. “Com os trabalhadores, você precisa falar de férias remuneradas, jornada de oito horas, aumento de salário. Mas meeiros e arrendadores não tinham interesse nenhum nisso. Com eles, você precisava falar do aumento nos preços de venda e da obtenção de crédito barato.”<sup>12</sup>

A grande força de Moraes era seu comprometimento. “Você tem de dormir com eles, comer com eles e sofrer as conseqüências com eles, tudo para ganhar a confiança deles, porque os camponeses são pessoas muito desconfiadas.” Os pequenos grupos que conheceu podiam produzir um líder, um novato convertido ao Partido, ou não: o que importava para Moraes era a greve. Através das disputas trabalhistas, os trabalhadores criariam entre si solidariedade e consciência de sua identidade comum de classe. Uma vez terminado este processo, o Partido poderia chamá-los para ajudar a fazer avançar a revolução política que orientava o PCB. Este era o discurso vigente à época; era simplesmente tarefa do organizador do Partido treinado guiar esse processo.

Como um profundo abismo, percepções populares da ideologia comunista separam o trabalho de Moraes do de padre Celso. Embora ambos tenham reconhecido as fortes convicções religiosas dos brasileiros, sobretudo os do interior, a análise secular de Moraes afetou aquela sensibilidade. Em fazendas, onde a natureza regia intensamente a vida, explicações sobrenaturais dos fenômenos tinham uma influência muito mais poderosa do que as científicas. Apesar de muitos comunistas serem tão religiosos quanto qualquer outro brasileiro, um fluxo de propaganda regular tanto do púlpito quanto do bar provocou muitas associações do comunismo a ações anti-Igreja. Os comunistas eram popularmente conhecidos como anticristãos e, assim, acabaram por representar o anti-Cristo para alguns. Para evitar ser considerado o Diabo, Moraes raramente revelava sua orientação política a aqueles que desejava organizar e liderar. Enquanto isso, o anticomunismo foi a pedra fundamental das atividades de padre Celso. “A Igreja Católica no Brasil ficou com medo [da

influência das Ligas Camponesas e dos comunistas sobre os trabalhadores rurais] e começou uma reação de formação [sindical]”, disse Syllós, “e a Igreja passou a ter uma certa influência entre os camponeses.”<sup>13</sup>

As Ligas Camponesas de Francisco Julião haviam feito algumas incursões entre os trabalhadores rurais e camponeses de São Paulo, mas foram suas atividades no Nordeste que inspiraram a Conferência Nacional de Bispos do Brasil a apoiar a organização de trabalhadores rurais católicos no Rio Grande do Norte e em Pernambuco, no final dos anos 50. Em São Paulo, contudo, organizadores comunistas como Moraes foram o maior desafio aos católicos. A primeira reação calculada da Igreja foi patrocinar os esforços de José Rotta, um comerciante e católico leigo de Presidente Prudente, São Paulo. Rotta tentou incentivar relações de cooperação entre os plantadores de café, os donos de usinas de açúcar e seus trabalhadores.<sup>14</sup> No início, padre Celso trabalhou com Rotta e experimentou sua abordagem, mas os fazendeiros e usineiros da Alta Mogiana rejeitaram sua insistência em formar sindicatos. O bispo apoiou firmemente o jovem padre quando ele dispensou os métodos de Rotta. Ao final do ano, as atividades deste haviam sido suplantadas pelo sucesso de padre Celso em formar sindicatos em várias cidades e em fundar o órgão de alcance estadual Frente Agrária Paulista (FAP).<sup>15</sup>

A importância do movimento do trabalhador rural em São Paulo (tanto para católicos quanto para comunistas) foi sublinhada pela decisão de sediar na capital do estado a União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab). Uma criação do PCB e de sindicalistas urbanos simpatizantes, a União foi estabelecida em 1954, para diminuir o poder dos plantadores na política nacional. Segundo seu primeiro-secretário, José Alves Portela, “aqueles que controlavam o café [em São Paulo] eram também aqueles que detinham o poder e esse foi o motivo, o principal impulso por trás da formação da Ultab”.<sup>16</sup> *Terra Livre*, jornal mensal da instituição, atingiu milhares de trabalhadores e os organizadores da Ultab criaram dezenas de sindicatos e lideraram centenas de greves até o final de 1963, quando o órgão se juntou a outras organizações de trabalhadores rurais para formar a Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (Contag) – órgão sancionado pelo governo. Por influência da Ultab, seu secretário, Lindolfo Silva, tornou-se o primeiro presidente da Contag.

O trabalho principal da organização de trabalhadores rurais foi no campo, onde militantes como Moraes e padre Celso destacavam-se. A Alta Mogiana forneceu solo fértil para agitação. A fonte de descontentamento se encontrava pouco abaixo da superfície de vastos campos de cana-de-açúcar e de morros de árvores de café, onde milhares de homens, mulheres e crianças trabalhavam arduamente, em aparente tranqüilidade. Greves eram uma medida óbvia do desagrado do trabalhador em relação ao *status quo*. Uma dúzia

delas ocorreu em 1954, dez em 1956, chegando a 18 em 1962. Uma das greves de 1962, organizada por Moraes, envolveu milhares de trabalhadores do campo e de usinas em cinco empresas de cana na área de Sertãozinho.<sup>17</sup> Enquanto isso, indicando descontentamento persistente, uma batalha mais sutil ocorria diariamente na Junta de Conciliação e Julgamento, o Tribunal trabalhista, localizado em Ribeirão Preto. Do ano em que a Junta abriu, em 1957, até o final de 1964 os trabalhadores rurais contabilizaram um terço dos requerentes. Os 5.523 que entraram com processos constituíram mais de um quinto do número de trabalhadores rurais permanentemente empregados no âmbito da jurisdição do Tribunal, de acordo com o censo de 1960. Eles acusaram pelo menos 15% dos estabelecimentos agrícolas da área de violar a lei e de lhes negar direitos.<sup>18</sup>

A maior parte dos processos abertos pelos trabalhadores rurais buscava alívio em forma de tempo ou dinheiro. Eles queriam um dia de descanso por semana, férias remuneradas, compensação pelas horas-extras e paridade de renda com os trabalhadores urbanos. Fundamentalmente, viam a lei como uma forma de adquirir mais tempo de lazer e mais poder para consumir os produtos que fazem a vida mais prazerosa.<sup>19</sup> Com o passar do tempo, as melhorias percebidas na vida urbana vieram a ser o padrão com base no qual trabalhadores rurais julgavam suas condições de trabalho e de vida. O desenvolvimento da eletrificação e do transporte rural desde a Segunda Guerra Mundial aprimorou a qualidade de vida em Ribeirão Preto e em outras cidades do interior. Além disso, o fundamento das leis trabalhistas que se aplicavam aos trabalhadores rurais enfatizava a necessidade de equilíbrio entre a cidade e o campo. “Assim como o trabalhador urbano, o trabalhador rural também necessita receber proteção legal”, disse Vargas, ainda em 1930.<sup>20</sup> As reformas que ele iniciou culminaram com a criação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), em 1963, e até hoje os trabalhadores rurais de São Paulo creditam a Vargas o incentivo ao melhoramento de suas condições de vida. “Getúlio era bom com os pobres”, um colhedor de café contou à antropóloga Verena Stolcke, “ele deixou aquelas leis, que os pobres não eram cachorros, que os trabalhadores não podiam ser demitidos, que os patrões tinham que pagar compensação...”<sup>21</sup>

Na sua pesquisa de campo nos anos 70, Stolcke descobriu que os trabalhadores viveram os anos 50 e 60 como um declínio da “idade da fartura para a época do dinheiro”. Outros caracterizaram esse período como uma transição do *colono* para o *bóia-fria*, em que os colonos eram os típicos trabalhadores fixos até o final dos anos 50, e os bóias-frias, os trabalhadores temporários assalariados que os substituíram de 1960 em diante. Os colonos residiam em moradias na fazenda, tinham salários garantidos e usufruíam de pedaços de terra para o cultivo da agricultura de subsistência e de produtos para venda. Alguns tinham uma considerável mobilidade social. Por outro lado, os bóias-frias, cujo nome se

refere ao almoço frio que eles comiam longe de casa, trabalhando no campo, enfrentavam humilhações diárias, viagens perigosas ao seu local de trabalho e salários desvalorizados.<sup>22</sup> Inerente a esta mudança havia uma perda de *status*, de dignidade, na medida em que os trabalhadores rurais iam da quase auto-suficiência, como colonos, à total dependência dos salários, como bóias-frias. Mas, nesta época, antes do golpe, esse processo de transição ainda não era claro e ninguém chamava os cortadores de cana de bóias-frias. A expectativa deles era de serem trabalhadores regulares, com carteira, e não avulsos. A princípio, o conflito da época era relativo à resistência da classe trabalhadora rural contra o processo de pauperização, contra a formação do miserável bóia-fria.

Na Alta Mogiana, dois processos principais eram subjacentes a essa transição. Um foi o declínio do café, e o outro, a expansão do açúcar. O declínio daquelas que haviam sido fartas plantações de café teve várias causas na região, uma das primeiras a ter plantações de café; com o envelhecimento das árvores, a produção e a lucratividade diminuíram. Replantá-las exigiu investimento, e investimento exigiu confiança no mercado. A demanda estrangeira pelo café brasileiro flutuou, atingindo a sua maior baixa da história durante a grande depressão, revigorando-se nos anos 40 e diminuindo novamente na metade dos anos 50. Enquanto isso, o governo procurou desenvolver a base industrial do país, financiada por um imposto sobre as exportações. Esses fatores desencorajaram alguns fazendeiros da Alta Mogiana e, ao fim de um certo período, feixes e feixes de cana-de-açúcar substituíram vastos lotes de terra onde antes se plantava café. Ao chegar 1954, a cana cobria quase três vezes a quantidade de terra destinada às plantações combinadas de café e de algodão. Em 1956, sete grandes usinas de açúcar estavam em operação.<sup>23</sup>

O renascimento no Brasil da historicamente dominante cana-de-açúcar teve várias implicações para a decadência das fazendas de café em São Paulo. A produção mais baixa de café e o rendimento comparativo do açúcar forçaram os plantadores a racionalizar os métodos de produção. Nas plantações de café, isso significou que as diminuições na renda foram incorporadas pela redução dos salários e pela eliminação de custos não-essenciais, tais como aqueles associados à manutenção das residências dos colonos e dos benefícios contratuais. Na Fazenda São João, em Jardinópolis, João Geraldo lembrou como o direito dos colonos de criar animais foi suprimido em 1950, para que a terra fosse arrendada e a pastagem produzisse renda. Na Fazenda Santa Cruz, em Colina, Zildete Desterro recorda como sua casa foi deixada sem pintura e os reparos foram negligenciados. Mais tarde, os direitos de uso da terra pela família foram restringidos e uma permissão teve de ser concedida para ir e vir da plantação. Tanto as famílias Desterro quanto Geraldo mudaram-se para Ribeirão Preto. Alguns encontraram trabalho na cidade, enquanto outros trabalhavam como avulsos nas colheitas de açúcar e café. Entre 1950 e 1960, no estado como um todo, a

proporção de empregados fixos em fazendas de médio e grande porte caiu mais de 15%, ao mesmo tempo em que a dependência dos fazendeiros por trabalhadores temporários aumentou em quantidade equivalente. No ano de 1970, a taxa de emprego fixo estava 45% mais baixa que em 1950, ao passo que as taxas de emprego temporário haviam subido pouco menos de 10%. Como esses números sugerem, os plantadores haviam gradativamente adotado maquinário para compensar grupos menores de trabalho.<sup>24</sup>

Enquanto os colonos viviam um grande desafio aos seus privilégios habituais, aqueles que encontraram trabalho como cortadores de cana tinham muito de que reclamar. A colheita de açúcar é um trabalho pesado. Um cortador tem de ficar curvado a maior parte do dia para cortar os pés de cana, a poucos centímetros do solo, com seu facão. Embaixo de um sol tórrido, um companheiro mantém a área limpa de pés de cana caídos, puxando-os para trás e arrancando-os, e depois içando-os em carroças e caminhões para serem levados para fora da usina. O pagamento era feito por tonelada, calculada em pedaços, e havia muita abertura para falsificar o peso. Para aqueles que moravam na plantação, as despesas de aluguel, comida e luz eram deduzidas do pagamento. Durante a colheita, contudo, um número crescente de cortadores de cana era recrutado por contratantes de mão-de-obra chamados de “gatos”. Donos de caminhões usados no transporte dos pés de cana do campo para a usina, os “gatos” organizavam e comandavam grupos de trabalhadores temporários, exigindo deles produtividade constante para maximizar sua margem de lucro. Não foi necessário ir muito a fundo para desvendar o rancor entre os cortadores de cana.<sup>25</sup>

Como já observado, Moraes tinha a tendência de partir para a briga, enquanto padre Celso tentava empregar uma estratégia mais calculada. Mas as circunstâncias forçaram mudanças na teoria e na prática de ambos os militantes, como os dois exemplos a seguir ilustram. Eles revelam não somente diferenças no estilo pessoal dos dois organizadores, mas também mostram como a mobilização foi influenciada pelas condições políticas e estruturais. Como prevê a teoria marxista, o maior sucesso ocorreu entre os mais proletariados: os cortadores de cana na altamente capitalizada indústria açucareira. Entre os colonos nas fazendas de café, o sindicalismo rural atraiu seguidores fiéis, mas a economia mista dos colonos, baseada em salários e autoprovisamento, bem como a dependência dos trabalhadores por parte dos fazendeiros, fez com que a melhoria das relações fosse mais difícil. Ambos os eventos ocorreram em um clima de tolerância política crescente e de apoio às queixas dos trabalhadores rurais. À medida que o movimento cresceu, contudo, o conflito de classes se intensificou, criando o cenário para o confronto que iria exigir uma resposta rápida de Moraes e de padre Celso.

Em julho de 1962, no pico da época da colheita do açúcar, Moraes aproveitou-se de sucessos anteriores em Sertãozinho para organizar uma greve na Usina São Martinho.<sup>26</sup>

A propriedade havia sido uma das mais famosas das grandes fazendas de café da Mogiana, aquela da família Prado, antes de, gradualmente, converter-se para o açúcar, de 1940 em diante. Os novos donos, Nelson e Orlando Ometto, construíram uma usina e fizeram tanto sucesso com ela que, em 1960, uma nova cidade foi criada e chamada de Pradópolis, em homenagem à velha família do café. Em 1961, a decisão do governo dos Estados Unidos de impor um embargo ao açúcar cubano foi um impulso aos Omettos e a outros produtores de açúcar brasileiros. Sob o controle dos Omettos, a Usina São Martinho viu um grande crescimento na produção de 1977, quando produziu três milhões de toneladas de açúcar e cem mil litros de álcool.<sup>27</sup>

Na greve, Moraes enfrentou oposição não somente dos Omettos e da polícia, mas também a competição dos trabalhadores aliados a padre Celso. A maior parte dos seguidores de Moraes era de cortadores. Ele também teve algum sucesso entre aqueles que trabalhavam dentro da usina, em função do seu *status* de trabalhadores industriais sob a lei trabalhista brasileira. Durante o período da colheita, de junho a setembro, os cortadores sazonais eram o grupo mais numeroso. Uma usina do tamanho da São Martinho tinha, em 1962, uma média de cinco mil trabalhadores, além de mais três mil mãos no campo. Enquanto alguns desses homens no campo eram trabalhadores permanentes, que viviam nos domínios da usina, a maioria dos cortadores de cana era formada por trabalhadores temporários contratados pelos “gatos”. Embora, no fundo, mais perto dos trabalhadores do que dos donos, os “gatos” preencheram o papel gerenciador de supervisores do campo na indústria brasileira de açúcar. Entre eles, reveladoramente, a Igreja exerceu influência.<sup>28</sup>

Moraes começou por encontros com grupos de dez, 12 e 15 cortadores, contando a eles o que os seus pares em Sertãozinho haviam conquistado pela unificação. Simultaneamente, um número de “gatos” aproximou-se da FAP. Orientados por padre Celso, eles advertiram seus trabalhadores a esperar que os Omettos oferecessem salários competitivos e melhores condições. Se a família se recusasse a atendê-los, padre Celso aconselhava que registrassem pedidos de salários mais justos na Junta de Trabalho de Ribeirão Preto. Moraes, contudo, era tipicamente impaciente com tais táticas e argumentava que o momento para a ação coletiva tinha de ser aproveitado rápida e decididamente. Assim, um grupo de quase mil cortadores fez parte da primeira paralisação, mas outro grupo, fiel aos seus contratantes, continuou cortando. Os grevistas ficaram agressivos e movimentaram-se violentamente pelo campo, forçando os outros a pararem o trabalho e a se juntarem à greve, ou então fugir. “Eles jogaram as massas contra as massas”, disse Moraes. “Os grevistas entraram nas terras com paus na mão, todos foram, e os outros começaram a correr. Eles os fizeram abandonar seus empregos à ponta de faca.” Frente a frente com uma guerra civil entre os trabalhadores, Orlando Ometto estava particularmente ansioso para negociar

um acordo. Quando Moraes, um advogado e um grupo de trabalhadores encontraram-se com Ometto, ele concordou em chegar ao mesmo acordo que Moraes havia conseguido em Sertãozinho, escrevendo um contrato para oficializar suas palavras. Significativamente, Ometto também concordou em abolir o sistema de “gato” e admitir os trabalhadores através do departamento de pessoal da usina.<sup>29</sup>

A derrota que padre Celso e seus seguidores enfrentaram pareceu fortalecer sua fé na necessidade de construir vagarosa e cuidadosamente, forma de contrapor-se à influência dos comunistas. Para ajudar a aumentar a força da frente agrária, padre Celso e seus companheiros identificaram um ponto de foco único que apresentava a maior oportunidade de sucesso. Em Batatais, uma cidade no centro de uma região plantadora de café a Nordeste de Ribeirão Preto, a FAP tinha um líder singularmente capaz em um colono chamado Otávio Sampaio da Silva. Católico devoto e pai de 12 crianças, Sampaio havia contratado sua família para cuidar de dez mil árvores de café na Fazenda Boa Esperança. Aos domingos, contudo, ele não só ia à Igreja, mas também aos “círculos” de treinamento da Frente Agrária, organizados por padre Celso. Lá, Otávio Sampaio era um aluno regular dos cursos sobre a nova doutrina social da Igreja, lei trabalhista e sindicalização. Em consulta a Sampaio, os organizadores da FAP decidiram dar ênfase especial ao ganho do reconhecimento com um sindicato em Batatais. Eles calculavam que um sindicato formado e solidificado de cima (com fortes líderes naturais) e de baixo (com a participação ativa e espontânea dos trabalhadores rurais) seria um modelo ilustre para guiar e promover a formação de outros sindicatos rurais.<sup>30</sup>

Em março de 1963, a Frente usou Batatais para iniciar uma campanha regional para o pagamento de salários mínimos e a elaboração de contratos escritos. No escaldante calor de verão de um domingo à tarde, Sampaio pegou o microfone pela primeira vez e falou para 3.000 trabalhadores rurais aglomerados na praça da Prefeitura da cidade. Somente duas horas antes ele havia colocado seu nome, como presidente, em um requerimento ao Ministério do Trabalho, pedindo o registro da Associação de Trabalhadores Rurais de Batatais, um movimento facilitado pela passagem do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) um pouco antes, naquele mês. Embora muitos outros tenham falado naquele dia, a ocasião marcou a “estréia” de Sampaio. Declarando-se um líder dos trabalhadores rurais, seu primeiro confronto veio logo.<sup>31</sup>

Nas semanas que se seguiram à assembléia, Sampaio, padre Celso e o Dr. Vicente Tassarini, coordenador da FAP em Batatais, encontraram-se com os colonos em uma dúzia de lugares para se prepararem para a ação. Então, na tarde de 24 de maio, Sampaio, acompanhado por um grupo de colonos, parou o trabalho e aproximou-se do escritório da propriedade, onde encontraram Antônio Bartolomeu Sobrinho, administrador da Fazenda Boa

Esperança. Sampaio apresentou-se como presidente da Associação de Batatais, colocando diante de Sobrinho uma folha de papel com a lista de exigências do seu grupo. Principalmente, eles queriam o pagamento de salários mínimos, mensalmente, em vez de bimestralmente, e a elaboração de contratos uniformes e legais. Mas Sobrinho não queria ouvir nada daquilo, e puniu Sampaio, gritando com ele na frente dos outros. Menos de dois dias depois, o fazendeiro Antônio Josino Meireles tirou do colono Sampaio e de sua família privilégios essenciais de trabalho.<sup>32</sup>

Proibido de colher e de cultivar suas árvores, Sampaio lançou-se a um confronto com Meireles. Ele processou a fazenda por reintegração e pelo que a lei dizia que era devido a ele: salários mínimos, salários de compensação e o décimo-terceiro salário, direito de todos os trabalhadores, rurais e urbanos. Encorajado por padre Celso e pela Frente, ele também entrou com uma petição para assegurar a mediação do Estado em negociações contratuais com outras oito fazendas em Batatais. Sampaio e padre Celso exigiram o dissídio coletivo porque os colonos das nove fazendas, “coletivamente insatisfeitos” com os termos de suas contratações, exigiam um representante local do Ministério do Trabalho para mediar as novas negociações contratuais.<sup>33</sup>

Enquanto Sampaio e padre Celso aguardavam uma atitude do Tribunal e do Ministério do Trabalho, Meireles e os outros fazendeiros uniram-se para suprimir a revolta. Na Fazenda Boa Vista, o fazendeiro Irineu Marques perseguiu sete famílias de colonos, conhecidos membros da Associação, ao proibi-los de trabalhar na colheita e suspender o crédito que tinham na tenda da fazenda. Como o dissídio coletivo veio antes da presença do Ministério do Trabalho, em junho, os fazendeiros resistiram com uma frente ampla. Os administradores das fazendas Califórnia e Floresta bloquearam a entrada dos agentes da FAP enviados para reunir informações para a audiência, ameaçando-os, até que eles recuaram. Então, na audiência marcada para 7 de junho, fazendeiros de oito das nove fazendas intimados a comparecer não apareceram, efetivamente arruinando as negociações contratuais.<sup>34</sup>

Enquanto a disputa coletiva de barganha e o processo de Sampaio vagarosamente percorriam seu caminho pelo labirinto do sistema de Justiça, o episódio produziu vários dos efeitos que padre Celso havia antecipado. O movimento que ele havia orquestrado em Batatais fortaleceu a imagem da Igreja como defensora dos trabalhadores rurais. Nesse meio tempo, os comunistas estavam em calmaria: eles haviam conquistado pouco desde suas vitórias em Sertãozinho e em Pradópolis.

Longe de estar complacente com sua perda de prestígio popular, o Partido voltou-se a seus amigos no governo para ajudá-lo a conseguir a força para recapturar a vanguarda do movimento dos trabalhadores rurais. Preocupado com o aumento do poder político da

Igreja em Ribeirão Preto, Almino Afonso, ministro do Trabalho, enviou ao comitê regional do Partido um pacote com materiais para adesão ao sindicato rural, incluindo a *Carta Sindical* (documento oficial do sindicato) para um sindicato de Batatais que o Partido havia tentado cadastrar em 1954, quando o governo ainda não apoiava a sindicalização rural.<sup>35</sup>

A carta de Batatais foi publicada oficialmente em 16 de julho e, de acordo com a lei, os comunistas tinham quatro meses para fazer uma reunião de sindicato e eleger cargos. Tendo esperado até a véspera do prazo final, uma comissão de oito homens liderados por Arlindo Teixeira – um militante do PCB que trabalhava como carpinteiro em várias fazendas de Batatais e que tinha liderado a campanha pelo reconhecimento de 1954 – tentou negociar um acordo com padre Celso no início de novembro. Eles tinham os documentos necessários para legalizar o sindicato, diziam, e se padre Celso concordasse em assumir o compromisso, deixariam os documentos com ele. O compromisso era dividir a direção do sindicato entre a Igreja e o Partido. Padre Celso, contudo, rejeitou a oferta de Teixeira e exigiu que lhe entregasse a carta. Teixeira recusou, dizendo que o Partido necessitava somente de 50 assinaturas para ter o documento aceito pelo Ministério do Trabalho. Isso daria o sindicato ao Partido e o tiraria da Igreja. Seguindo esse caminho, o Partido colocou um anúncio no jornal de Batatais chamando os trabalhadores rurais a participarem de uma reunião do Sindicato dos Assalariados Agrícolas e Colonos de Batatais, no domingo, 1º de dezembro.<sup>36</sup>

Enfurecido, padre Celso escreveu um feroz artigo denunciando o que ele via como um complô comunista e convocando todos os trabalhadores a rejeitarem publicamente os comunistas impostores.<sup>37</sup> Naquele domingo, mais de mil trabalhadores convergiram ao local do encontro. Ao ouvir Moraes e padre Celso trocarem acusações, colocou-se a questão de abandonar o encontro, como não representativo e ilegítimo. Feito o movimento, o grupo seguiu padre Celso, Sampaio e Tassarini para fora da Prefeitura. O bando de Teixeira tentou formar *quorum* novamente em 15 de dezembro, mas com padre Celso e Sampaio os importunando com perguntas, poucos trabalhadores compareceram. A tentativa comunista de tomar o controle do movimento dos trabalhadores rurais em Batatais acabou sendo um fiasco. Sua época havia vindo e ido, e Sampaio fez, então, um requerimento formal para reconhecimento da sua Associação de 500 membros como sindicato pelo Ministério do Trabalho.<sup>38</sup>

A demonstração pública de hostilidade e rivalidade que caracterizou a disputa de Batatais mascarou o respeito relutante entre os dois grupos. No seu ataque mais furioso ao Partido por tentar assumir o controle do sindicato de Batatais, Syllos nomeou Moraes não somente pelo prefácio de sempre, “o comunista conhecido”, mas também por “líder autên-

tico”. Depois do tumulto com relação ao reconhecimento, Antônio Giroto, do comitê regional do PCB, foi ver padre Celso para apelar pelo fim do enfrentamento divisionista. Giroto ofereceu entregar o documento expirado e deixar o sindicato de Batatais nas mãos da Frente. “Não me dê”, disse padre Celso: “Dê a Sampaio, pertence a eles em Batatais”. Anos mais tarde, padre Celso ponderou que “o trabalho dos comunistas era muito difícil. Eles tinham de fazê-lo clandestinamente. Qualquer descuido e eles terminavam na cadeia. Muitos viviam virtualmente no cárcere. Eles foram heróicos pioneiros do movimento dos trabalhadores rurais no Brasil”. Apesar da forte competição vinda da Frente Agrária, Moraes mais tarde admitiu que admirava o sindicato da Frente em Batatais. “Eles tinham uma ligação forte em Batatais”, disse. “O presidente lá era muito católico e ele ficou impenetrável a qualquer ideologia que não a dele, e por isso construiu um grande sindicato. Eles cobravam os direitos dos membros e davam duro no sistema.”<sup>39</sup>

Ambos os grupos falavam da revolução brasileira em andamento. Mas padre Celso acreditava que a Ultab e seus militantes trabalhavam para trazer a revolução à tona da noite para o dia, enquanto ele a via como um objetivo de longo prazo. “Eu pensava que o Partido estava forçando o movimento no Brasil e que, ao forçá-lo além das condições históricas, poderiam retrocedê-lo.”<sup>40</sup> Contudo, como o PCB, ele culpava a “burguesia nacional” de muitos dos problemas do país. “Nós estamos, de fato, sob a ameaça do comunismo”, escreveu no seu Editorial de Natal de 1963, “mas não devido à linha evangélica de muitos bispos e padres, não porque a Igreja possa ter traído a sua missão, não porque os trabalhadores se unem em sindicatos para defender seus direitos”. A culpa desse estado estava com os “capitalistas liberais que instigam sentimentos anticomunistas para gerar a confusão e a anarquia que possa justificar a implantação de um Estado fascista”. O fato de que os liberais estavam falhando em resolver os graves problemas econômicos e sociais do Brasil deixou a porta aberta para a agitação comunista e tornou necessário à Igreja se emaranhar no mundo real.<sup>41</sup>

Naquela véspera de Natal, com um golpe militar repressor a menos de cem dias de distância, poucos poderiam ter reconhecido a previsão do seu Editorial. Por outro lado, eles podem ter se perguntado sobre a acurácia da análise. Progressistas da Igreja como padre Celso, os precursores da Teologia da Libertação continuaram desconfiados tanto do comunismo quanto do capitalismo. Os comunistas ganharam a ira dos católicos ao atacarem a Igreja, física e ideologicamente, mas os capitalistas eram suspeitos porque se dizia que as relações de mercado careciam de cheques e balanços espirituais. Foi o setor mais capitalista da estrutura de poder local, a indústria de açúcar, que se mostrou mais disposto a acomodar o movimento dos trabalhadores rurais, enquanto aqueles que mais se encaixavam no rótulo “capitalista liberal”, os fazendeiros de café, foram os que mais resistiram

aos esforços dos trabalhadores de reformar as relações trabalhistas. Politicamente, os tradicionalmente poderosos fazendeiros de café estavam muito mais engajados em avivar “um sentimento anticomunista” do que os usineiros de açúcar. Essas distinções iriam se aprofundar na medida em que o próximo ano de acontecimentos se desdobrava.

No início de 1964, vários funcionários do governo federal chegaram a Ribeirão Preto para estabelecer um escritório regional da Supra. Enquanto o órgão tinha uma ação abrangente, incluindo a identificação de propriedade subutilizada para expropriação e a garantia de serviços de saúde para trabalhadores rurais, a sindicalização rural era sua prioridade em São Paulo. O diretor estadual da Supra, o escritor Mário Donato, estabeleceu o objetivo de formar 252 sindicatos de trabalhadores rurais em 1964, sendo esperado de cada um dos nove escritórios regionais da Supra em São Paulo que atingisse uma cota de 26. Além disso, orientou seus funcionários a “reorganizar e estimular os sindicatos existentes”, informar e educar os trabalhadores e líderes rurais sobre as leis e ensinar-lhes como ler e escrever usando os métodos de Paulo Freire, o educador brasileiro inovador.<sup>42</sup>

A política orientou a ênfase da Supra em sindicatos rurais. Seguindo as idéias desenvolvidas por políticos da Era Vargas, na Presidência Goulart queria usar os sindicatos para registrar eleitores independentes para ajudarem a erodir a influência do coronelismo, o sistema de patronagem que, tradicionalmente, deixava o poder político nas mãos dos fazendeiros e comerciantes. Mas enquanto a falta de um movimento de trabalhadores rurais viável tornava difícil a Vargas implementar este plano, a presença de um tal movimento cada vez mais autônomo e exigente na época de Goulart gerava uma pressão maior no Estado para que ele interviesse e regulamentasse o movimento, pondo-o sob controle do governo. Liderando esse esforço em Ribeirão Preto estava Hans Alfred Rappel, um agrônomo do Rio de Janeiro. Indicado ao posto por Donato, Rappel procurava centralizar sob sua orientação todas as atividades regionais relacionadas ao movimento dos trabalhadores rurais. Para estes fins, pediu ajuda tanto de Moraes, da Ultab, quanto de padre Celso, da Frente Agrária, além de organizações estudantis, políticos e jornalistas.<sup>43</sup>

O advento da Supra prometia alterar dramaticamente a dinâmica da luta rural na Alta Mogiana. Lançou o apoio do governo federal àqueles perseguidos como subversivos apenas meses antes. Como padre Celso comentou em um editorial sobre a Supra, “Nunca antes havíamos visto uma única medida governamental que apresentasse à sociedade brasileira tantas possibilidades promissoras”. A Supra, escreveu ele, “dá um novo impulso à marcha da revolução brasileira”. Desde o início, jovens socialmente engajados e ativistas rurais receberam o órgão de forma entusiasmada. Antes mesmo de a instituição estabelecer uma filial regional, Sampaio contatou Goulart para sugerir modos pelos quais a Supra pudesse ser utilizada para ajudar a melhorar o lote de trabalhadores rurais de sua cidade.

Dúzias de jovens profissionais e de estudantes – como Sidney Vassimon, médico residente no prestigioso Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto – ofereceram voluntariamente seus serviços à instituição.<sup>44</sup>

A atividade de organizador de trabalhadores rurais mudou depois que a Supra apareceu na região. Significativamente, o órgão unificou e coordenou os esforços das duas correntes, lideradas por Moraes e padre Celso, trazendo o movimento de trabalhadores rurais sob uma égide. Moraes tirou total vantagem da ajuda do órgão. “As coisas ficaram muito melhores para mim”, recordou. A Supra fornecia ônibus Volkswagen para os organizadores e guias para a formação do sindicato e das leis rurais, tais como o *Guia para organização de sindicatos rurais*, que incluía todos os documentos necessários para cadastrar um sindicato, e o *Catecismo do trabalhador rural*, uma introdução resumida ao ETR. Embora nem ele nem padre Celso tenham se tornado empregados do órgão, ambos serviram à Supra como consultores, e quando Moraes viajava a serviço da entidade, aceitava uma remuneração diária 20% mais alta do que o salário mínimo. Com a intenção de explorar seus conhecimentos diversos, Rappel percebia Moraes mais talhado para a agitação e o cadastramento de trabalhadores e de sindicatos; e padre Celso e os voluntários da FAP como mais qualificados para treinarem líderes e fortalecerem os sindicatos como instituições. “Cada um tinha sua própria área de influência”, disse. Com a Supra existindo, a atividade coordenada passou a ser predominante em relação à rivalidade do passado.<sup>45</sup>

Na quarta-feira, 4 de março, Moraes ajudou a Supra ao cadastrar a formação do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Dumont, uma cidadezinha perto de Ribeirão Preto onde quase 20 anos antes ele havia organizado uma Liga Camponesa. Também lembrou a Rappel de um pedido enviado a Donato, em fevereiro, no qual os presidentes dos sindicatos rurais em Pontal, Barrinha, Ribeirão Preto e Sertãozinho pediam à Supra para organizar uma sessão de treinamento para eles.<sup>46</sup>

Antes de Rappel responder aos sindicalistas, contudo, um vasto evento público ocorreu na Praça Cristiano Ottoni, no Rio de Janeiro, que se mostrou um divisor de águas no Brasil. Às oito horas da noite de sexta-feira, 13 de março, Goulart falou para uma multidão estimada em 200.000 pessoas. Lindolfo Silva, da Ultab, estava ao seu lado enquanto ele assinava um decreto muito esperado, que orientava a Supra a distribuir terras de estradas e ferrovias federais a trabalhadores sem-terra. Além disso, Goulart prometeu enviar uma lei de reforma agrária ao Congresso, fundamentalmente redirecionando a produção agrícola distante dos produtos de exportação para o cultivo de agricultura de alimentos para o consumo interno. Finalmente, pediu publicamente a legalização do Partido Comunista e prometeu reformar o Código Eleitoral, eliminando a exigência de alfabetização.<sup>47</sup>

O evento e o discurso inspiraram uma reação sem precedentes das facções políticas conservadoras e de centro. Não aparente na época era por quanto tempo a direita vinha trabalhando por baixo dos panos para produzir uma crise política.<sup>48</sup> Grupos de donos de terra da Federação de Associações Rurais do Rio Grande do Sul (Farsul) e da SRB de São Paulo tornaram-se os primeiros a apoiar a conspiração. Os líderes das duas organizações acreditavam que o Estado havia se tornado muito tolerante com a mobilização rural.

Os líderes da SRB, muitos deles fazendeiros de café com fortes laços com a Alta Mogiana, haviam se tornado impacientes com Goulart. Diferentemente da Confederação Rural Brasileira, que era o corpo representativo nacional oficial das associações rurais locais de donos de terra, a SRB continuou a se opor ao apoio do governo à sindicalização rural, alegando que incitava a “anarquia rural”.<sup>49</sup> “Como nós viemos defendendo há tempos”, afirmava um editorial de 1963, “o objetivo da sindicalização agrária nacional não é somente a defesa dos interesses da classe proletária rural, mas a criação de instrumentos políticos manipuladores, arquitetados pelos funcionários federais, que constantemente empurram o país na direção de um maior caos social”. Em abril de 1963, o conflito de classes havia se intensificado tanto nas fazendas de café de São Paulo e o número de querelas nas Juntas Trabalhistas tinha se tornado tão oneroso que o presidente da SRB, Sálvio de Almeida Prado, ofereceu compartilhar os escritórios elegantes, novos, revestidos em madeira no centro de São Paulo com a Liga Independente para a Liberdade, uma importante organização de oposição. Em São Paulo, a Liga organizou um vasto evento de protesto em 19 de março, em resposta ao discurso do presidente do dia 13. Chamado de “Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade”, o evento expandiu enormemente o apoio público ao movimento de oposição.<sup>50</sup>

Enquanto capitais estaduais como Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro receberam o primeiro foco de atenção por parte dos conspiradores, sua preocupação com a luta dos trabalhadores rurais os induziu a desenvolver campanhas também no interior. Já que o primeiro estágio da oposição a Goulart enfatizou a propaganda, os conspiradores trabalharam para estabelecer grupos que podiam articular uma posição ideológica legítima que contrastasse claramente com o movimento popular. Os líderes encorajaram as mulheres a se unirem à campanha, imaginando que um grupo de mulheres receberia mais atenção do que outra organização de homens. A mulher de Almeida Prado, Sebastiana, formou a Instituição Fraternal Amizade Cristã e Rural (Facur) e a irmã de um dos membros da “Comissão Revolucionária” de São Paulo criou o Movimento de Arregimentação Feminino (MAF), em Ribeirão Preto. Ambos haviam sido gerados com o único propósito de provocar uma crise para justificar a intervenção militar. O confisco de terras de camponeses em Pernambuco e no Rio Grande do Sul os inspirou a anteciparem confrontos semelhantes e pelo menos um vagão-frete com armas foi enviado para suprir os conspiradores.<sup>51</sup>

Embora a imprensa em Ribeirão Preto tenha monitorado de perto o evento do presidente no Rio de Janeiro e a espetacular Marcha de oposição em São Paulo, poucos tinham uma suspeita da elaborada conspiração que iria mudar suas vidas. Mesmo no caso dos eventos de massa, muitos dias se passavam até que tivessem repercussões locais. Uma das primeiras controvérsias que surgiram envolveu a área de cursos de treinamento que os líderes trabalhistas haviam pedido à Supra para organizar. No dia 17 de março, Rappel foi à sede da Supra, em São Paulo, arrecadar fundos para as despesas dos cursos. Mas o evento de oposição de 19 de março perturbou Donato e o diretor da Supra pediu a Rappel para cancelar os cursos de treinamento, a fim de evitar futuras controvérsias, até que a crise passasse. Rappel argumentou que o evento não havia afetado a política local e que era muito tarde para cancelar o treinamento, agendado para os dias 21 e 22 de março.<sup>52</sup>

Contrariamente ao cuidado aconselhado por Donato, o ritmo das atividades da Supra em Ribeirão Preto se intensificou. Enquanto voluntários ofereciam cursos sobre leis trabalhistas e gerenciamento de sindicatos para líderes de toda a região da Alta Mogiana, Rappel viajou a Altinópolis para cadastrar outro sindicato rural. O grande dia da Supra ainda estava por vir (terça-feira, 24 de março), quando dezenas de pessoas participaram do primeiro grande encontro de organização geral do escritório regional. Juntos estavam políticos e jornalistas, tais como Luciano Lepera e Antônio Sant'Anna, do pró-Goulart *Diário da Manhã*, bem como advogados, líderes de trabalhadores urbanos, professores e estudantes de medicina e de odontologia. Conforme esclareceu Rappel, os estudantes de medicina estavam lá para atender às necessidades de saúde dos trabalhadores rurais; os estudantes de odontologia, suas necessidades odontológicas; os professores, suas necessidades educacionais e de alfabetização; os jornalistas, as necessidades de promoção do movimento; os sindicatos, o apoio político e estratégico; e os advogados, queixas trabalhistas e outros assuntos legais dos trabalhadores. Aparentemente não atingido pelos eventos nacionais, o grupo concordou em marcar a inauguração do escritório local da Supra no mesmo dia da planejada visita de Goulart a Ribeirão Preto, 12 de abril. Para pagar um evento maciço de trabalhadores rurais em honra à visita de Goulart, padre Celso pediu a Rappel Cr\$ 2.500 (aproximadamente US\$ 1.400 na época).<sup>53</sup>

Enquanto o ritmo dos eventos nacionais parecia acelerar e alterar a agenda da Supra, aqueles alinhados com a conspiração contra o presidente simultaneamente continuaram suas atividades. A situação atingiu o pico tanto em Ribeirão Preto quanto em outros lugares no final de março. “Na véspera do golpe”, disse padre Celso, “os burgueses e os fazendeiros já tinham colocado em prática todos os planos para organizar um movimento contra a esquerda”. No fim de março, com um golpe ocorrendo ao redor deles, Moraes apelou para a cooperação de padre Celso para planejar a resistência. Se padre Celso usasse sua

influência para preparar uma greve geral em Ribeirão Preto, Moraes e um bando de 30 camponeses e ativistas (que haviam se engajado em treinamento militar em uma fazenda perto de Altinópolis por várias semanas) tentariam neutralizar a polícia em cidades vizinhas.<sup>54</sup>

Padre Celso ficou impressionado com o que ouviu. Embora os jornais reacionários – como a *Tribuna de Imprensa*, de Carlos Lacerda, e os *Diários*, de Assis Chateaubriand – normalmente escandalizassem os leitores com a conversa sobre exércitos de camponeses revolucionários treinando nos campos, padre Celso ignorou o grito de alarme, convencido de que, se tais exércitos existissem, eles seriam ineficientes. Afinal, o Brasil não era uma ilha-nação, como Cuba. Mas Moraes confirmava os relatos e, mais do que isso, estava pedindo sua ajuda. Em vez de discutir sobre as guerrilhas, alegou que era absurdo pensar que ele poderia preparar uma greve geral do dia para a noite. O movimento trabalhista simplesmente não era coeso o suficiente. Além disso, o apoio popular a seu trabalho ainda era muito superficial. “O que esperam que eu faça”, perguntou ele, “para começar um movimento no meio da manhã com todo mundo dormindo ou ouvindo rádio, quietos, dentro de suas casas, assustados?” Mas o apoio de padre Celso às reformas de Goulart e à revolução brasileira que vinha há tempos ocorrendo era resoluto. Alerta ao risco que estava correndo, ele mesmo decidiu seguir seus princípios e publicar e distribuir uma edição de oito páginas que se opunha ao golpe. Poucos, contudo, foram distribuídos antes que as autoridades os descobrissem. O chefe de polícia deve ter ficado ultrajado quando leu as garrafais e exaltadas manchetes estampadas na capa: “LUTE PELA PAZ!” e “DECRETA-DA GREVE GERAL!”.<sup>55</sup>

A de 1º de abril foi a última edição de padre Celso. Nas primeiras horas da manhã, o ataque coordenado dos conspiradores a vários alvos estratégicos em toda a nação havia cumprido seu papel. Enfrentando resistência mínima, o golpe estava completado. Goulart foi deposto em dois dias. Em São Paulo, os dez mil guardas civis sob o controle do governador Adhemar de Barros, que havia se juntado à conspiração em junho de 1963, invadiram escritórios de jornais e da mídia eletrônica, prenderam líderes trabalhistas e perseguiram militantes comunistas. Em Ribeirão Preto, a última edição de padre Celso fez com que a polícia ocupasse os escritórios do *Diário de Notícias*, evitando que o jornal publicasse uma nova edição até 12 de maio. Também fecharam o pró-Goulart *Diário da Manhã* antes que sua edição de 1º de abril fosse impressa e não permitiram que se publicasse até 31 de maio.<sup>56</sup> O escritório da Supra também foi invadido e fechado, e seus funcionários, interrogados. A polícia apreendeu tudo à vista. O novo regime usou documentos da Supra para desacreditar o órgão e o movimento dos trabalhadores rurais na imprensa. Funcionários públicos também os usaram para iniciar uma acusação criminal contra os trabalhadores do

órgão. Todos os envolvidos foram acusados de subversão sob a Lei de Segurança Nacional e o governo militar perseguiu Donato e outros por oito anos, até junho de 1972, quando o Superior Tribunal Militar unanimemente retirou o caso dos tribunais, por infundado.<sup>57</sup>

A reação conservadora contra a mobilização de trabalhadores rurais vinha sendo construída lenta, mas implacavelmente, havia anos. A Supra criou o pior pesadelo dos fazendeiros, ao colocar o Poder Executivo do Estado atrás da sindicalização rural e da implementação de leis trabalhistas rurais. Além disso, a instituição prometeu acabar com a rivalidade rebelde que havia previamente cercado o movimento de trabalhadores rurais, unificando as facções sob uma única autoridade, para fazer seus esforços mais eficientes e efetivos. Embora vários aspectos tenham motivado os militares a agir, as relações hostis entre a classe rural dominante e as classes trabalhadoras pesaram muito.

Como mostra a reação da SRB, os fazendeiros de café de São Paulo, em particular, sentiram-se ameaçados pela intervenção do Estado em seus assuntos sociopolíticos. O potencial de tal intervenção havia sempre inspirado suas mais enérgicas críticas ao governo. Mas a gota d'água foi a ativação da Supra. Dada a extraordinária independência dos órgãos do Poder Executivo sob a Constituição de 1946, a Superintendência ameaçou afetar a balança do poder contra a mais tradicional classe privilegiada do Brasil. Nestas circunstâncias, a própria democracia havia subvertido a ordem social e destruído o caminho adequado ao progresso político e econômico. Eles repudiaram a Supra e, dessa forma, o sistema que a deu à luz. Colocando-se contra um sistema que retrocedia 30 anos antes, à época de Vargas, eles se caracterizaram como revolucionários. Vitoriosos no campo de batalha, apossaram-se do poder determinados a estabelecer um sistema que protegeria suas propriedades e privilégios.<sup>58</sup>

Uma das noções desafiadas por este estudo é a ênfase que outros deram às disputas entre líderes e à conseqüente fragmentação do movimento dos trabalhadores rurais. Os conservadores reforçaram esta interpretação, para argumentar que o golpe militar era necessário para suprimir a anarquia no interior do país. Além disso, quanto mais desordenado e caótico for apresentado o movimento de trabalhadores rurais da época, mais fácil é subestimar “a experimentação da democracia” ou “a República populista”.<sup>59</sup> A rivalidade foi uma característica da mobilização dos trabalhadores rurais em São Paulo, mas, na época do golpe, o movimento havia atingido um nível sem precedentes de união, sob a égide da Supra. Ao menos no caso de São Paulo, foi a união crescente e a organização do movimento que se tornaram a gota d'água para a classe dominante rural, e não sua dita anarquia.

Outra crença comum sobre o movimento dos trabalhadores rurais desafiada pelo presente estudo afirma que eles eram cegos seguidores de líderes politicamente motivados. Uma outra versão desta hipótese sustenta que os trabalhadores eram pré-políticos, quase

como consequência de suas origens agrárias. Duas experiências na Alta Mogiana desafiam essas visões, ao mostrar como os próprios trabalhadores geravam suas exigências. Em Pradópolis, em 1962, cortadores de cana forçaram melhorias nos salários (incluindo uma mudança de cálculo de valores em peças para remuneração por hora) e nas condições, ao eliminarem o abusivo sistema do “gato”. Em Batatais, o colono Sampaio foi bem-sucedido na reunião de trabalhadores para lutar contra a tentativa do governo de dar o controle do seu sindicato a militantes do PCB. Estes casos ilustram como os trabalhadores se apoderaram de idéias apresentadas a eles por Moraes e padre Celso e as usaram para transformar seu mundo. Eles não eram nem cegos aos seus próprios interesses nem joguetes políticos.

A decisão militar, depois do golpe, de manter a estrutura da sindicalização rural institucionalizada pelo governo Goulart reforça esse argumento. Muitos analistas interpretaram a ação do governo como uma confirmação da função cooptadora da estrutura do sindicalismo brasileiro.<sup>60</sup> O exemplo da Alta Mogiana sugere que esta visão se baseia em uma leitura não-histórica da história. Quando o governo democrático de Goulart estava no comando do país, a estrutura do sindicato era usada para vitalizar e legitimar um movimento turbulento e permeado pelo conflito. O Estado procurou regularizar a militância trabalhista rural, ao canalizar e formalizar o descontentamento dos trabalhadores rurais, e não destruí-la. Sob o autoritário regime militar, contudo, a estrutura do sindicato foi usada, em primeiro lugar, para silenciar militantes e, mais tarde, para manter os sindicatos fora da política. Portanto, como têm mostrado os estudos sobre trabalho industrial, definir sindicatos como instrumentos de controle estatal sobre a classe trabalhadora depende mais da natureza do Estado do que da própria natureza da estrutura do sindicato. Depende, também, da organização e disposição dos trabalhadores. O caso de São Paulo mostra que, por um tempo, a lei trabalhista rural brasileira e os sindicatos dos trabalhadores rurais deram poder aos líderes rurais militantes e, conseqüentemente, às classes trabalhadoras rurais.<sup>61</sup>

*Tradução autorizada em dezembro/2004*

## Notas

\* Cliff Welch foi bolsista da Capes e professor visitante estrangeiro na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2003-5). É Associate Professor of History na Grand Valley State University, no Estado de Michigan, Estados Unidos. O autor agradece ao Programa de Estudos Pós-Graduados em História Social da PUC-SP pela ajuda na tradução e a Maurício Broinizi Pereira e Antonio Rago Filho pelo apoio para a publicação do artigo na *Projeto História*. Gentilmente, foi concedido pela Cambridge University Press o direito de publicar o artigo pela primeira vez em português – a versão original foi publicada pela Cambridge com o título “Rivalry and unification: mobilising rural workers in Sao Paulo on the eve of the Brazilian coup d’etat of 1964” no *Journal of Latin American Studies*. Londres, 27(1), pp. 161-87, 1995. E-mail: welchc@gvsu.edu.

\*\* Bacharel em tradução, UFRS. Professora do curso de Letras da Universidade do Vale dos Sinos, Unisinos.

<sup>1</sup> CAMARGO, Aspásia de Alcântara. “A questão agrária: crise de poder e reforma de base (1930-1964)”. In: FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira*, t. III O Brasil Republicano, v. 3, Sociedade e política (1930-1964). 3 ed., São Paulo, Difel, 1986, p. 223; BEZERRA, G. in MORAES, Dênis. *A esquerda e o golpe de 64*. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1989, p. 237; SKIDMORE, Thomas E. *The politics of military rule in Brazil, 1964-85*. New York, Oxford University Press, 1988, p. 4.

<sup>2</sup> Ver, por exemplo, BASTOS, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis, Vozes, 1984; AZEVÊDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982; MALLON, Florencia. Peasants and rural laborers in Pernambuco, 1955-1964. In: *Latin American Perspectives* 5-4. Fall, 1978, pp. 49-70; PAGE, Joseph A. *The revolution that never was: northeast Brazil, 1955-1964*. New York, Grossman, 1972; MORAES, Clodomir Santos. “Peasant leagues in Brazil”. In: STAVERNHAGEN, Rodolfo (org.). *Agrarian problems and peasant movements in Latin America*. New York, Doubleday, 1970, pp. 453-501.

<sup>3</sup> Entre os mais novos estudos, ver COLETTI, Claudinei. *A estrutura sindical no campo: a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto*. Campinas, Ed. Unicamp, 1998; RICCI, Rudá. *Terra de ninguém: representação sindical rural no Brasil*. Campinas, Ed. Unicamp, 1999. Esses livros, contudo, dão atenção à época pós-golpe. Um trabalho expressivo da época é o de STOLCKE, Verena. *Cafecultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)*. São Paulo, Brasiliense, 1986, mas somente uma parte pequena do livro aborda o movimento sindical. Alguns estudos relevantes permanecem não publicados, tais como o de BARROS, Fátima Regina. *A organização sindical dos trabalhadores rurais: contribuição ao estudo do caso do Estado de São Paulo entre 1954-1964*. 1986. Dissertação de mestrado apresentada à Unicamp.

<sup>4</sup> Ver abaixo, além de Sindicalismo e anarquia rural. *A Rural* (antiga *Revista de Sociedade Rural Brasileira*). 43:501, jan. 1963, p. 3; MOURÃO FILHO, Olympio. *Memórias: a verdade de um revolucionário*. 4. ed. Porto Alegre, L&PM, 1978, pp. 25-47; 158; 162-3; 183.

<sup>5</sup> GALJART, Benno. Class and “following” in rural Brazil. *América Latina* 7:3 jul./set. 1964, pp. 3-23; FORMAN, Shepard. Disunity and discontent: a study of peasant political movements in Brazil. *Journal of Latin American Studies*. 3:1 Londres, 1973, pp. 3-24; GRYNZSPAN, Mário. O campesinato fluminense: mobilização e controle político (1950/1964). *Revista Rio de Janeiro*. 1:2, 1988, pp. 19-27. (Obrigado a John Monteiro pela citação de Grynzspan.)

<sup>6</sup> CHASIN, J. “Contribuição para a análise da vanguarda política no campo”. *Revista Brasiliense*, n. 44, nov./dez. 1962, pp. 102-29; SIGUAD, Lygia. Congressos camponeses, 1953-1964. *Reforma Agrária*. 2:6, nov./dez. 1981, pp. 3-8.

<sup>7</sup> A Supra foi criada em 11 de outubro de 1962. Ver Leis delegadas 8, 9, 10 e 11. *A Rural*. 42:500, dez. 1962, p. 5. O Decreto 1.878, de 13 de dezembro de 1963, regulou a agência, criando uma variedade de departamentos executivos, tais como o Departamento de Promoção e Organização Rural (DPROR), que mais tarde foi usado para orientar a campanha de sindicalismo rural. Para mais informações, ver abaixo e CAMARGO, “A questão agrária”, pp. 203-5.

<sup>8</sup> Ver CARVALHO, Hernani de. *Sociologia da vida rural brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1951; WATSON, James B. "Way station to modernization: the Brazilian caboclo". In: *Brazil: papers presented in the Institute for Brazilian Studies*. Nashville, Vanderbilt University, 1953, pp. 1-56. Esses processos são descritos com mais detalhes em WELCH, Clifford A. *Rural labor and the Brazilian revolution, 1930-1964*. 1990. Tese de doutorado apresentada à Duke University; WELCH, Cliff. *The seed was planted: the Sao Paulo Roots of Brazil's rural labor movement, 1924-1964*. State College, PA, Penn State Press, 1999.

<sup>9</sup> MORAES, Irineu Luis. Entrevista ao autor. Ribeirão Preto, 22 ago. 1988. Transcrição, parte I, pp. 37-39. Cópias desta e de outras transcrições de entrevistas feitas pelo autor com líderes rurais usadas neste artigo encontram-se no Arquivo Edgard Leuenroth, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo (doravante, Unicamp/AEL). Para mais informações sobre Moraes, ver também WELCH, Cliff e GERALDO, Sebastião. *Lutas camponesas no interior paulista. Memórias de Irineu Luis de Moraes, 1912-1990*. São Paulo, Paz e Terra, 1992.

<sup>10</sup> Sobre a vida de padre Celso, ver a entrevista concedida ao autor: SYLLOS, Celso Ibson. São Paulo, 19 jan. 1989. Transcrição, pp. 1-4 (Unicamp/AEL) e O ex-padre Celso lembra sua experiência jornalística. *Jornal de Ribeirão*, 21-27 ago. 1988, p. 9. Sobre seu papel na Arquidiocese, ver também Editorial, *Diário de Notícias*, 1 jan. 1959, p. 2. Ver a história concisa do *Diário de Notícias* em Um jovem padre muda a feição do jornal e Apesar dos pesares, chega-se ao fim de 63. *Jornal de Ribeirão*, 21-27 ago. 1988, p. 3.

<sup>11</sup> Editorial, *Diário de Notícias*, 6 fev. 1962, p. 2. Syllós, transcrição de entrevista, p. 6. "Procuram-se líderes cristãos para o campo". *Diário de Notícias*, 25 fev. 1962, p. 4. Catequistas e outros católicos leigos também foram selecionados como candidatos para treinamento como líderes de trabalhadores rurais em Pernambuco. Ver: WILKIE, Mary E. "A report on rural syndicates in Pernambuco", trabalho não publicado, Land Tenure Center, University of Wisconsin, Madison (1964), pp. 7-12.

<sup>12</sup> Transcrição de MORAES, pt. I, pp. 41-3. Ver, também Pontal: criada a Associação dos Trabalhadores em Usinas de Açúcar, Sertãozinho: Fundação da Associação dos Trabalhadores em Usinas de Açúcar. *Terra Livre*, jun. 1961, seção central.

<sup>13</sup> Transcrição de SYLLOS, p. 3. Ver, também, DE KADT, Emmanuel. *Catholic radicals in Brazil*, New York, Oxford, 1970; BRUNEAU, Thomas C. *The political transformation of the Brazilian Catholic Church*. London, Cambridge, 1974.

<sup>14</sup> Sobre as Ligas Camponesas em São Paulo, ver JULIÃO, Francisco (Ed.). *Ligas Camponesas (out/1962 e abr/1964)*. Cuernavaca, México, Centro Intercultural de Documentación, 1969. Sobre a organização católica conservadora no Estado, ver MARTINS, Arguaya Feitosa. Alguns aspectos da inquietação trabalhista no campo. *Revista Brasiliense*, v. 40. mar./abr. 1962, pp. 132-41. BARRÓS. "A organização sindical dos trabalhadores rurais", pp. 104-22; MAYBURY-LEWIS, Biorn. *The politics of the possible: the Brazilian rural workers' trade union movement, 1964-1985*. Philadelphia, Temple, 1994, pp. 154-96.

<sup>15</sup> Transcrição de SYLLOS, p. 6; CRUZ, Antônio Crispim. Entrevista concedida ao autor. Ribeirão Preto, 31 mar. 1989, pp. 4-5 (Unicamp/AEL); organizou-se frente agrária estadual. *Diário de Notícias*, 29 jan. 1963, p. 6.

<sup>16</sup> PORTELA, José Alves. Entrevista ao autor. São Paulo, 23 ago. 1988. Transcrição, p. II (Unicamp/AEL).

<sup>17</sup> As estatísticas da greve foram compiladas de relatórios em *Terra Livre*, *Novos Rumos*, *Notícias de Hoje*, *O Estado de S. Paulo* e *Diário de Notícias*; por isso, elas certamente não representam o número real de greves que ocorreram durante a década. Sobre a greve de Sertãozinho, ver Alta Mogiana: 6 mil trabalhadores em greve derrotaram império dos usineiros. *Terra Livre*, ago. 1962, p. 5; a transcrição da entrevista de MORAES, pt I., pp. 43-4. Os trabalhadores ganharam duas concessões sem precedentes nesta greve: 1) uma mudança de cálculo dos valores de preço por pedaço, pago pela tonelada, para remuneração por hora de trabalho e 2) a eliminação de deduções dos seus salários referentes a aluguel da casa.

<sup>18</sup> De um estudo da Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, Ribeirão Preto (JT/RP), registros apresentados em WELCH, *Seed* 381-82.

<sup>19</sup> Para um debate inspirador sobre esse tema, ver CROSS, Gary. “Time, money and labor history’s encounter with consumer culture”, além dos debatedores RUSTIN, Michael; GRAZIA, Victoria. *International labor and working class history*, v. 43. Spring, 1993, pp. 2-30.

<sup>20</sup> VARGAS. “A plataforma da Aliança Liberal”. *A nova política do Brasil*, v. 1. Rio de Janeiro, 1938, p. 27.

<sup>21</sup> Um informante chamado D. Maria, citado em STOLCKE, *Cafeicultura*, pp. 292-3.

<sup>22</sup> BRANT, V. Caldeira. Do colono ao bóia-fria: transformações na agricultura e constituição do mercado de trabalho na Alta Sorocabana de Assis. *Estudos Cebrap*, v. 19, jan./mar. 1977; HOLLOWAY, Thomas H. *Immigrants on the land. Coffee and society in Sao Paulo, 1886-1914*. Chapel Hill, NC, University of North Carolina, 1980.

<sup>23</sup> Sobre São Paulo, ver Estado e tendências da agricultura paulista. *Agricultura em São Paulo*, v. 10, n. 5/6, mai./jun., pp. 1-61. Sobre Sertãozinho, ver IANNI, Octavio. *Origens agrárias do Estado brasileiro*. São Paulo, Brasiliense, 1984, p. 41.

<sup>24</sup> Entrevistas feitas pelo autor em Ribeirão Preto com: DESTERRO, Zildete Ribeiro (5 jul. 1989) e GERALDO, João (7 jul. 1989). WELCH, Cliff. “Rural populism and the coffee economy”, trabalho apresentado no XVI Encontro da Associação de Estudos Latino-Americanos (abr. 1991). Sobre estatísticas trabalhistas, ver SÃO PAULO – SEPLAN. Trabalho volante na agricultura paulista. *Estudos e pesquisas* n. 25, n.d., p. 170.

<sup>25</sup> Sobre “gatos”, ver SIGUAD, Lygia. *Os clandestinos e os direitos. Estudo sobre trabalhadoras da cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo, Duas Cidades, 1979, pp. 49-82 e a transcrição de MORAES, pt. 3, pp. 28-9.

<sup>26</sup> Transcrição de MORAES, pt. I, pp. 44-7; GERALDO, Sebastião. Entrevista ao autor. Ribeirão Preto, 27 maio 1989. Transcrição, parte 3, pp. 25-9 (Unicamp/AEL); 6 mil trabalhadores derrotaram império dos usineiros, op. cit.

<sup>27</sup> Ver Vendida uma das mais famosas fazendas de café em São Paulo. *O Estado de S. Paulo*, 2 abr. 1950, p. 6. Ver, também, História da Usina São Martinho e Pradópolis, um município integrado. *Diário da Manhã*, 13 set. 1977, pp. 2, II.

<sup>28</sup> Transcrição de MORAES, pt. 3, pp. 28-9; transcrição de SYLLOS, pp. 23-5.

<sup>29</sup> Transcrição de MORAES, pt. 1, pp. 45-7; pt. 3, pp. 26-8; 6 mil trabalhadores derrotaram império, op. cit.

<sup>30</sup> Sobre Sampaio e os círculos, ver FAP administrará cursos a camponeses; Camponeses da FAP ouviram diretor do HC. *Diário de Notícias*, 23 out. 1962, p. 8; Frente Agrária promoverá concentração. Dois novos sindicatos serão criados. *Diário de Notícias*, 24 fev. 1963, p. 7; transcrição de SYLLOS, p. 56.

<sup>31</sup> Trabalhadores e oradores vieram de Jardinópolis, Sales Oliveira, Altinópolis, Brodósqui, Ribeirão Preto, Dumont, Guatápara, Bonfim Paulista e, claro, Batatais. Ver Frente Agrária estará amanhã em Batatais. Cria-se sindicato e realiza-se concentração. *Diário de Notícias*, 2 mar. 1963, p. 3. Ver, também, Batatais: Agita-se a roça com assombroso movimento sindicalista. Presidente do sindicato prestou oportunas declarações. *Diário de Notícias*, 16 mar. 1963, p. 9.

<sup>32</sup> Ver Camponeses de Batatais receberão Frente Agrária hoje e amanhã; BELLINI, Gilberto. Camponeses de Batatais: unam-se que a vitória está próxima. *Diário de Notícias*, 11 maio 1963, p. 5. A demissão de Sampaio foi registrada em Fazendeiro desacatou líder rural. *Diário de Notícias*, 26 maio 1963, p. 6. Ver, também, Otavio Sampaio c. Fazenda Boa Esperança. Processo 854/63, Packet 175, JT/RP.

<sup>33</sup> Fazenda Boa Esperança declara guerra à Frente Agrária. *Diário de Notícias*, 31 maio 1963, p. 6. As outras plantações eram Boa Vista, Capão Grande, Califórnia, Floresta, Bela Vista, Caridade, Limeira e Moradinha. Fazendeiros decepcionaram trabalhadores. *Diário de Notícias*, 8 jun. 1963, p. 6.

<sup>34</sup> Ver Fazendeiro desacatou líder rural, *op. cit.* Colonos tiveram liberdade cerceada. *Diário de Notícias*, 9 jun. 1963, p. 6; Fazendeiros decepcionaram trabalhadores, *op. cit.*

<sup>35</sup> Ver transcrição de SYLLOS, p. 56; transcrição de MORAES, pt. 3, p. 30; TEIXEIRA, Arlindo. Entrevista ao autor. Ribeirão Preto, 18 out. 1988. Transcrição, pp. 10-1 (Unicamp/AEL).

<sup>36</sup> Cf. Carta Sindical do Sindicato dos Assalariados Agrícolas e Colonos de Batatais, 10 de maio de 1963. *Dário Oficial da União*, 16 jul. 1963, p. 6.159; transcrição de TEIXEIRA, p. 19; transcrição de SYLLOS, pp. 11-2 e 57-8. Ver, também: Camponeses armam expectativa em Batatais. Auxiliares do PC tentam “golpe” sindical. Graves denúncias apresentadas à reportagem pelo atual presidente da Frente Agrária, regional de Ribeirão Preto. *Diário de Notícias*, 1 dez. 1963, p. 8.

<sup>37</sup> Camponeses armam expectativa em Batatais, *op. cit.*

<sup>38</sup> Confirmam-se denúncias da Frente Agrária. Camponeses não permitirão nenhum “golpe”. Presidente da FA expôs manobras divisionistas preparadas por elementos diretamente ligados à Ultab (pró-comunista). *Diário de Notícias*, 3 dez. 1963, p. 1; Camponeses repudiam “golpes” sindicais. Elementos do PC continuam abusando. *Diário de Notícias*, 17 dez. 1963, p. 6 (incluída uma cópia do requerimento de Sampaio de 16 de dezembro).

<sup>39</sup> Camponeses armam expectativa em Batatais, *op. cit.* Transcrição de SYLLOS, pp. 14-5 e 58; transcrição de MORAES, pt. 3, p. 22; GIROTTO, Antônio. Entrevista ao autor. Ribeirão Preto, 19 out. 1988. Transcrição, pp. 20-1 (Unicamp/AEL).

<sup>40</sup> Transcrição de SYLLOS, p. 22.

<sup>41</sup> Nosso comentário: Quem é comunista?. *Diário de Notícias*, 24 dez. 1963, p. 4. Ver MACHADO, Raul. Dom Ângelo Rossi (bispo de Ribeirão Preto): a militância política social dos sacerdotes existe por falta de quadros leigos [sic] à altura. *Diário da Manhã*, 3 jan. 1964, p. 7.

<sup>42</sup> O superintendente da Supra, João Pinheiro Neto, falará hoje no salão nobre da Associação Comercial. *Diário da Manhã*, 31 jan. 1964, p. 1. Plano de trabalho da delegacia estadual da Supra em São Paulo para o ano de 1964. In: *São Paulo*, n. d., v. 7, Arquivo 144, Arquivo do Projeto “Brasil: Nunca Mais” (Unicamp/AEL, doravante: item título, seguido por B: NM: número do volume/número do arquivo). Além do escritório em Ribeirão Preto, outros oito escritórios regionais foram estabelecidos em São Paulo, Taubaté, Campinas, São José do Rio Preto, Araçatuba, Presidente Prudente, Bauru e Itapetininga. Plano de trabalho da delegacia estadual da Supra, documento não publicado, B: NM 7/144.

<sup>43</sup> Antes do fim do mandato de Goulart, em janeiro de 1965, o ministro do Trabalho Amaury de Oliveira e Silva quis que a Supra organizasse dois mil sindicatos rurais no território nacional, estabelecesse 500 Tribunais Regionais do Trabalho adicionais, estimulasse a pressão pela implementação de leis trabalhistas rurais e registrasse três milhões de novos eleitores. Supra: máquina de corrupção e subversão. *O Estado de S. Paulo*, 3 mar. 1964, p. 3. Ver, também, PRICE. “Rural unionization in Brazil”, pp. 68-70; Inquirição. Depoimento do Sr. Hans Alfred Rappel, 30 jun. 1964, B: NM 2/144.

<sup>44</sup> Nosso comentário. Supra: redenção da roça. *Diário de Notícias*, 14 out. 1963, p. 4; Líder rural adverte João Goulart contra perigos da revolta popular. *Diário de Notícias*, 28 dez. 1963, p. 6. Depois do golpe militar, a polícia interrogou Vassimon e perguntou se ele havia sido forçado a trabalhar para a Supra. “Muito pelo contrário”, respondeu Vassimon, fora ele que havia procurado se voluntariar. Termo de declaração de Sidney Gomes Vassimon, 26 jun. 1964, B: NM 9/144.

<sup>45</sup> Transcrição de MORAES, pt. 3, pp. 29-30; Termo de declaração de Adhemar Teixeira de Moraes (chefe de administração do escritório de Ribeirão Preto), 10 jun. 1964, B: NM 9/144. Ver B: NM, 7/144 e 12/144 para cópias dos panfletos. A citação de Rappel em Depoimento, B: NM, 2/144.

<sup>46</sup> Sobre Moraes, ver Fundado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Dumont pela Supra e Ultab. Grande número de camponeses presentes – um minuto de silêncio pela morte de agente da Supra – diretoria. *Diário da*

*Manhã*, 5 mar. 1964, p. 8. Sobre Rappel, ver Inquirição. Depoimento da Srta. Miriam Di Salvi (assistente executiva de Rappel), *B: NM*, 2/144 e a carta de requerimento assinada por Mário Bugliani, de Pontal; Manoel da Silva, de Barrinha; Sebastião Lopes, de Ribeirão Preto; e Antônio Conte, de Sertãozinho. Curso com os dirigentes sindicais da Alta Mogiana, Bugliani et al. para Donato, Ribeirão Preto, 3 fev. 1964. *B: NM*, Anexo 4.971. Dos quatro, pelo menos Lopes e Bugliani eram membros do PCB.

<sup>47</sup> DULLES, John W. F. *Unrest in Brazil*. Austin, 1970, pp. 269-72; “Personagem 7: Luís Carlos Prestes”. In: MORAES, *A esquerda e o golpe de 64*, pp. 264-5. O discurso de Goulart está citado em BRANCO, Carlos Castello. *Introdução à revolução de 1964*, v. 2. Rio de Janeiro, Artenova, 1975, pp. 262-6; BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart. As lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. 6 ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1983, pp. 163-5. Ver, também, GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada: as ilusões armadas*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

<sup>48</sup> Sobre a conspiração para depor Goulart, ver GASPARI, op. cit.; LEACOCK, Ruth. *Requiem for revolution: the United States and Brazil, 1961-1969*. Kent, OH, Ohio State University, 1990; DREIFUSS, René. *1964: a conquista do Estado*. 3 ed., Petrópolis, Vozes, 1988; PARKER, Phyllis R. *Brazil and the quiet intervention, 1964*. Austin, University of Texas, 1979.

<sup>49</sup> Oficialmente, a CRB defendeu a idéia de que os sindicatos de trabalhadores e empregados deveriam disciplinar as relações de trabalho rural e estimular maior harmonia social e produtividade econômica. Ver o discurso do presidente da CRB, Iris Meinberg, em *A reforma agrária na VI Conferência Rural*. Rio de Janeiro, 1962, pp. 28-9 e 53. A SRB, por outro lado, parecia mais contrária aos sindicatos rurais do que nunca. Ver, por exemplo, do consultor da SRB: MAGANO, Virgílio dos Santos. A sindicalização rural. *A Rural*, v. 42:494, jun. 1962, p. 71, e Editorial: Proletariado e política. *A Rural*, v. 42:496, ago. 1962, p. 3.

<sup>50</sup> PRADO, Sálvio de Almeida. Legislações trabalhistas. *A Rural*, v. 43:508, ago. 1963, p. 3; MOURÃO FILHO, op. cit., p. 183. Em uma nota de autocongratulação publicada depois do golpe, Prado escreveu: “Como um dos grupos que idealizaram e dirigiram a ‘Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade’, cuja comissão de organização se localizava na sede da Sociedade Rural Brasileira, e como participante no time que trouxe a vitória na luta contra o governo comuno-peleguista recentemente deposto, a SRB ocupou um lugar de destaque no panorama da política nacional”. Pronunciamentos da SRB durante a revolução redentora do país. *A Rural*, v. 44:517, maio 1964, pp. 28-30.

<sup>51</sup> Facur: movimento de redenção dos trabalhadores do campo. *A Rural*, v. 43:510, out. 1963, p. 45. Facur era, em português, a abreviatura para Instituição Fraternal Amizade Cristã e Rural. Pellegrini, irmã do editor d’*O Estado de S. Paulo*, Mesquita Filho, era a chefe do MAF. Mesquita Filho foi um dos quatro civis do estado-maior civil-militar que planejou o golpe em São Paulo. Ver: DREIFUSS, op. cit., esp. pp. 294-5 e 373-7; MOURÃO FILHO, op. cit., pp. 216-9; Projetam um golpe nacional as forças da reação. Vagões de armas teriam sido vistos em São Simão. *Diário da Manhã*, 5 fev. 1964, p. I.

<sup>52</sup> Os interrogadores policiais perguntaram a Rappel e a seu assistente sobre a sessão de treinamento e a disputa com Donato. Depoimentos de Rappel e Di Salvi, *B: NM*, 2/144.

<sup>53</sup> Depoimento de Rappel, *B: NM*, 2/144. Participaram do curso 28 ativistas rurais. Ver, também, o relato do encontro em O presidente da República viria dia 12 de abril a Ribeirão Preto para inaugurar agência da Supra. *Diário da Manhã*, 25 mar. 1964, p. 8; transcrição de SYLLOS, pp. 67-70; e Recibo das despesas do curso com os dirigentes sindicais da Alta Mogiana, 21-22 de março de 1964, *B: NM*, Anexo 4.932.

<sup>54</sup> Transcrição de SYLLOS, p. 41; transcrição de MORAES, pt. I, pp. 65-6, 89-90 e pt. 3, p. 32. Sobre o campo de treinamento da guerrilha, ver, também, transcrição de GIROTTI, p. 22. “Foi besteira”, disse Teixeira sobre o campo. “Só serviu para prejudicar a gente. Eu participei lá também. Mas foi bobagem, porcaria total.” Transcrição de TEIXEIRA, p. 22; transcrição de MORAES, pt. I, p. 66 e pt. 3, p. 19.

<sup>55</sup> Transcrição de SYLLOS, p. 72. *Diário de Notícias*, 1 abr. 1964, p. 1.

<sup>56</sup> A conspiração civil-militar em São Paulo está detalhada em MOURÃO FILHO, op. cit., pp. 169-288. Ver, também, SAMPAIO, Regina. *Adhemar de Barros e o PSP*. São Paulo, Global, 1982, pp. 103-5; DREIFUSS, op. cit., pp. 376-96. Ver: Em 64, uma paralisação indesejável. *Jornal de Ribeirão*, 21-27 ago. 1988, p. 4; Diário da Manhã. *Diário da Manhã*, 31 maio 1964, p. 1.

<sup>57</sup> “Considerando que a Supra, organização a que o acusado serviu”, escreveu Dr. Waldemar Torres da Costa, vice-presidente do Tribunal Militar, “era uma instituição oficial, criada pelo governo federal, e que a criação de sindicatos rurais, que tinham como objetivo apoiar os trabalhadores do interior, foi um de seus mandatos (...) e que os acusados se limitavam a cumprir ordens vindas de cima (...) os ministros do Superior Tribunal Militar unanimemente concordam em rejeitar a apelação do promotor”. Apelação nº 39.067 - Estado de São Paulo, Superior Tribunal Militar, Rio de Janeiro, 2 jun. 1972, B: NM, 12/144.

<sup>58</sup> A lavoura paulista repudia o decreto da Supra e “reafirma seu pensamento em favor de uma reforma agrária justa e real”. *A Rural*, v. 44:515, abr. 1964, p. 6. “Vitoriosa em dois dias”, escreveu Prado, da SRB, “a batalha militar que constituiu a primeira fase da revolução (...) tem um programa completo de exigências para cumprir”. Do editorial assinado Da Marcha da Família à revolução vencedora. *A Rural*, v. 44:517, maio 1964, p. 3. Outros exemplos claros de como os conspiradores se viam como revolucionários estão representados nos títulos de suas memórias. Ver, por exemplo, MOURÃO FILHO, *Memórias de um revolucionário*; D’AGUIAR, Hernani. *A revolução por dentro*. Rio de Janeiro, Arternova, 1976. Mais sobre as expectativas da SRB: Pronunciamentos da SRB durante a revolução redentora do país, op. cit.

<sup>59</sup> Sobre a “experimentação”, ver SKIDMORE, Thomas E. *Politics in Brazil (1930-1964). An experiment in democracy*. New York, Oxford, 1967. Sobre a “República populista”, ver FRENCH, John D. *The Brazilian workers’ ABC: class conflict and alliances in modern Sao Paulo*. Chapel Hill, University of North Carolina, 1992.

<sup>60</sup> MAYBURY-LEWIS, op. cit.; DREIFUSS, op. cit.; COLLIER, Ruth B.; COLLIER, David. *Shaping the Political Arena*. Princeton, Princeton University Press, 1991, pp. 567-68.

<sup>61</sup> O papel da lei trabalhista foi igualmente destacado no Chile em LOVEMAN, Brian. *Struggle in the countryside. Politics and rural labor in Chile, 1919-1973*. Bloomington, Indiana University, 1976.